



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 20 / 03 / 2020

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Francisco Lima

para relatar.

Em 19 / 03 / 20

[Assinatura]  
Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 41**

**PROCESSO AL Nº 19.366/19.**

**RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA**

Voto ao Projeto de Lei nº 41, de 18 de março de 2019, de autoria do Deputado Estadual Severo Eulálio, que dispõe sobre o reconhecimento de Utilidade Pública a Associação Cultural do Bem Estar da Grande Teresina – ASCUMBEMTE.

**I – RELATÓRIO E VOTO.**

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de Lei nº 41, de autoria do Deputado Estadual Severo Eulálio, que dispõe sobre o reconhecimento de Utilidade Pública a Associação Cultural do Bem Estar da Grande Teresina – ASCUMBEMTE.

Em sua justificativa o Ilustre Deputado informa que a Associação é uma entidade filantrópica e que presta serviços na área assistencial, cultural, promocional e recreativo, realizando várias atividades esportivas e educacionais, estando instruído com os documentos necessários para que seja reconhecido como de Utilidade Pública a referida entidade, que terá como objetivo desenvolver projetos.

A referida Associação está apta a receber o título de utilidade pública, pois funciona desde junho de 2018, onde presta relevante serviço de interesse aos associados e está em pleno funcionamento conforme pode-se observar pelos documentos apresentados anexos, tudo em conformidade com a Lei nº 5447/2005, que dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Piauí.



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

A proposição atende aos requisitos do artigo 75 da Constituição do Estado do Piauí quanto à sua iniciativa, bem como aos requisitos estabelecidos nos artigos 96, I, 97, 105 e 106 do Regimento Interno desta Casa quanto à legalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Por todo o exposto e reconhecendo a boa intenção do projeto, minha manifestação é pela constitucionalidade e pela aprovação ao Projeto de Lei nº 41, de autoria do Deputado Estadual Severo Eulálio.

**II - DO PARECER DA COMISSÃO.**

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

( ) Pelo **acatamento do voto do relator** ( ) Pela **rejeição do voto do relator**,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, \_\_de outubro de 2020.

Dep. Francisco Limma/PT

Relator

APROVADO À UNANIMIDADE

7/12/20

IDENTIFICAÇÃO DA COMISSÃO DE:

Justiça